

BOLETIM DE CONJUNTURA

DIEESE

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Número 17 - Dezembro de 2018



HORIZONTE CONTINUA INCERTO

Para onde estamos indo?

Quais são as possibilidades para a economia brasileira em 2019? As incertezas acerca do futuro da economia, da política e das instituições da República permanecem muito altas. Na realidade, no plano nacional, apenas uma situação foi resolvida: um novo presidente e um novo Congresso foram eleitos. De resto, o país permanece imerso em nevoeiro. O novo governo não dá detalhamento das propostas. Em algumas situações, depois de anunciar-las, volta atrás. Até agora, parecem certas a realização de ampla reforma administrativa, que pode paralisar várias ações governamentais por algum tempo, e a transferência de bens e fundos públicos para a iniciativa privada. Mesmo para essas proposituras dadas como certas, não há pormenores. Além disso, as soluções parecem extremamente simplistas, que não se adequam à complexidade dos desafios.

Apesar de não haver um programa de governo conhecido, sabe-se que a orientação é ultraliberal, pelos nomes dos futuros ministros, de alguns membros do segundo escalão e pelas declarações esparsas desses escolhidos e do futuro presidente. Tudo indica que a orientação política e econômica do novo governo será totalmente diversa daquela vigente entre 2003 e início de 2016, cuja marca principal foi a inclusão social via políticas públicas e ações afirmativas do Estado.

As poucas e curtas declarações do presidente eleito não são alvissareiras. Criaram problemas com o mundo árabe, a China e o Mercosul, principais parceiros comerciais do Brasil. Tampouco o vice, quando fala em extinção do 13º salário, tem ajudado a pacificar a situação. Por sua vez, o futuro ministro da economia afirma, corretamente, que os juros praticados pelo sistema financeiro no país são absurdos, embora não tenha dado pistas de como baixá-los sem contrariar poderosos interesses.

Como todo governo de orientação liberal, este traz no discurso a cantilena da austeridade e do estado mínimo e enxuto. Essa abordagem técnico-contábil do papel do Estado na economia, principalmente em ambiente socioeconômico como o brasileiro, aponta para a tendência de degradação das condições de vida da parcela da população pobre. Entretanto, há promessas de um pagamento anual a mais para os beneficiários do Programa Bolsa-Família, ao mesmo tempo em que, sem mesmo ter assumido ao poder, enfraquece um projeto meritório e necessário, o Mais Médicos, vigente desde 2013 e bem recebido pelas populações assistidas.

Como assessores, o governo selecionou nomes conservadores. Muitos deles, militares na reserva ou ainda na ativa. Qual o tato político e experiências possuem para negociar os projetos com o Congresso e a sociedade? Decretou-se, desde o início da campanha, que a antiga política de barganha, do toma lá dá cá, está acabada, que não será a prática do novo governo. De outro lado, há falas de não se considerar e/ou negociar com os partidos, mas sim com as bancadas setoriais, de interesses, que reúnem vários partidos. Em questões específicas de interesses dessas bancadas, isso pode funcionar, mas em assuntos mais gerais, difusos, como será? A viabilidade do governo, da possibilidade de governar e os reflexos nas questões práticas dos cidadãos e, particularmente, na economia, dependem dessa sintonia, desse ajuste com o parlamento. Há, no mínimo, descrença sobre a robustez do apoio construído por meio das bancadas temáticas (que ficaram conhecidas como do boi, da bíblia e da bala) para alcançar os votos necessários em assuntos não afeitos às bancadas, em especial na apreciação de matérias que exigem quórum qualificado, como o de Emendas Constitucionais, o que é o caso de uma reforma da previdência mais profunda.

Essas são pequenas amostras das contradições já explicitadas pelo futuro governo, o que demonstra que questões sensíveis à vida nacional, tanto do ponto de vista externo quanto interno, não estão sendo olhadas com o devido cuidado. A partir dessas discrepâncias, aqueles que tanto trabalharam (o mercado) para que a ordem de cunho neoliberal fosse restabelecida no país estão um tanto desconfiados. Em outras palavras, ninguém apostava alto, de fato, no governo. Confiam que a orientação é liberal, a iniciativa privada será privilegiada, a reforma trabalhista será aprofundada, a previdenciária, aprovada, que as empresas estatais serão privatizadas, a política de teto de gastos, mantida, e que haverá alinhamento automático e irrestrito à diplomacia norte-americana. Desconfiam, no entanto, da capacidade política e administrativa de o governo levar a cabo todas essas ações e fazer o país crescer com equilíbrio econômico, paz social e política. Os agentes econômicos sabem que a distância entre discurso e condições concretas para realizar as promessas é muito grande, sobretudo num sistema político como o brasileiro. Não é plausível também que apostem no caos, situação em que os níveis de especulação permitem lucros extraordinários, deixando em frangalhos as finanças públicas e matando a “galinha de ovos de ouro”, isto é, o Tesouro Nacional, e juros exorbitantes.

A economia política

A austeridade prometida, amparada no instrumento legal disponível, EC 95/2016 (teto de gastos), deverá contrair expressivamente os gastos públicos, já bastante reduzidos. A redução desses gastos, por longo período, deverá contaminar outras despesas da economia, notadamente o consumo das famílias e os investimentos das empresas. Assim, o quadro de desemprego e queda de renda deverão se manter nos altos patamares de hoje ou até se aprofundar. Juntando-se a isso a redução de gastos com a seguridade social (previdência social, assistência social e saúde pública), chega-se a um quadro de grande risco social.

No entanto, o princípio neoliberal de equilíbrio financeiro e contábil das finanças públicas estará atendido, pois, com tais medidas, o setor externo continuará equilibrado e o déficit primário decrescendo. Mas como o mundo real é mais complexo do que um manual de macroeconomia, os sacrifícios sociais dessa engenharia serão cobrados. Como a população reagirá à redução das políticas públicas e ao empobrecimento? Quais serão os parâmetros de medida que a sociedade utilizará para suportar o sacrifício? Fim da criminalidade, do crime organizado, da violência e da corrupção? Se isso é possível, em quanto tempo o novo governo cumprirá essa promessa? Sem pretender fazer qualquer exercício de adivinhação, mas com referências em experiências nacionais e internacionais, quatro anos não serão suficientes.

A não recuperação da renda e do emprego, aliada à desregulamentação da economia e à precarização do mercado de trabalho, sem qualquer outra compensação, deverá gerar grande frustração na sociedade, provocando tensões sociais, com elevada participação de grupos ligados ao meio ambiente, às questões étnico-raciais e aos problemas urbanos (habitação, locomoção, segurança etc.), entre outros. A oposição, nesse contexto, se fortalecerá e provocará tensões políticas desestabilizadoras, pondo em risco a governabilidade e a estabilidade institucional. Resta saber se a resposta do governo será constitucional.

A indústria

As pesquisas de entidades ligadas ao setor industrial (CNI - Confederação Nacional da Indústria, Fiesp - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Iedi - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial) e do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) indicam que a recuperação da indústria ocorre em ritmo muito lento, inferior a outros setores da economia, como o varejo e os serviços, por exemplo. O segmento voltou a apresentar leve recuperação em outubro, quando cresceu 0,2% em relação a setembro, depois de quedas sucessivas nos três meses anteriores (julho, agosto e setembro). Os números de outubro, apesar de reverterem tendência dos meses anteriores, são ainda baixos e partem de base de comparação depreciada. A indústria, que já vem apresentando dificuldades há algum tempo, torna a aparecer como importante ponto de preocupação.

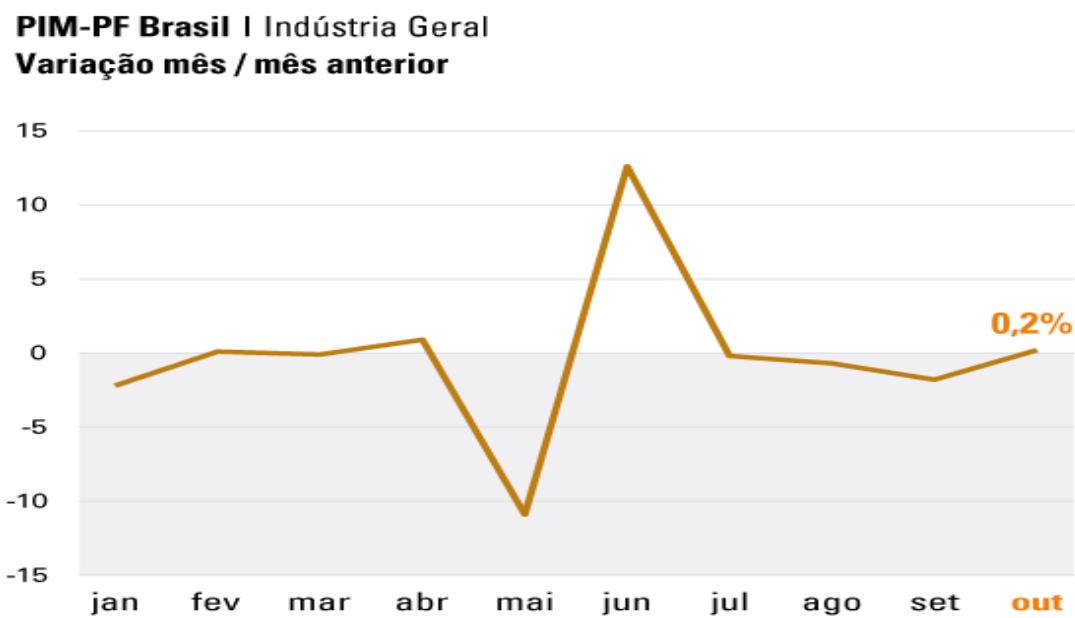
Na comparação com outubro de 2017, o crescimento foi de 1,1% e no acumulado do ano, de janeiro a outubro, o setor industrial cresceu 1,8%. Nos últimos 12 meses, de novembro de 2017 a outubro de 2018, a indústria cresceu 2,3%.

No entanto, as comparações trimestrais trazem um quadro pouco otimista para o setor. Apesar de o crescimento ainda ser positivo, ele ocorre a taxas decrescentes, mostrando que a dinâmica de recuperação da indústria vem perdendo dinamismo. A taxa de crescimento de 5% nos últimos três meses de 2017 recuou para 2,8% no primeiro trimestre de 2018, depois para 1,7% no segundo e finalmente para 1,2% no terceiro trimestre de 2018.

O crescimento de 0,2%, ocorrido depois de três meses, pouco altera a situação do setor em relação à renda e emprego. Dos 26 ramos examinados, 17 registraram aumento de produção na passagem de setembro para outubro. Entre esses, destacam-se: máquinas e equipamentos (+8,8%); segmento automotivo (3,0%) e indústria de bebidas (8,6%).

Quando se observa de forma mais desagregada o movimento de reversão da atividade industrial, são encontrados alguns resultados mais animadores. Os setores de bens de capital e bens de consumo duráveis registraram expansões de 10,7% e 6,8%, respectivamente, em outubro de 2018, em relação ao mês anterior. Bem menos dinâmico, os segmentos de bens de consumo semi e não-duráveis cresceram 0,2%. Registrhou-se, no entanto, queda de 0,3% na produção de bens intermediários.

A expansão de 10,7% da produção de bens de capital, em outubro, assinala o quinto resultado positivo seguido de crescimento desse segmento. O índice mensal foi influenciado, principalmente, pelo avanço no grupamento de bens de capital para equipamentos de transporte (15,7%), devido à maior fabricação de caminhões, reboques e semirreboques e caminhão-trator para reboques e semirreboques. As demais taxas positivas foram de bens de capital agrícolas (29,7%), para construção (17,6%), para energia elétrica (9,1%) e de uso misto (0,1%). Porém, as preocupações com a indústria de transformação permanecem, uma vez que a produção de bens de capital para fins industriais recuou 3,3%.

GRÁFICO 1**Produção Industrial – Comparação com mês imediatamente anterior - 2018**

A Pesquisa Industrial Mensal, do IBGE, mostra, conforme Quadro 1, a estagnação da indústria no Brasil, situação abruptamente alterada nos meses de maio (para baixo) e de junho (para cima). O primeiro episódio, iniciado em abril e terminado em maio, está relacionado à ‘greve dos caminhoneiros’ e os reflexos daquele movimento na produção da indústria. O segundo movimento parte do final da greve e vai até junho, numa natural compensação da queda ocorrida no período anterior. Nota-se que as amplitudes de vale e pico são idênticas. Depois desses desvios, o ritmo da produção volta a padrões de janeiro, com leve aceleração (+0,2%) em outubro.

Outros indicadores do setor também são preocupantes. O faturamento, as horas trabalhadas na produção, o emprego e a utilização da capacidade instalada também diminuíram. Apesar de quase imperceptível, a massa salarial e o rendimento real médio melhoraram, mas o emprego apresenta trajetória de queda no acumulado do ano. A CNI aponta que, “na comparação com dezembro do ano passado, o recuo do emprego em setembro foi de 0,5%”. É importante lembrar que a queda no emprego ocorre sobre uma base de comparação já extremamente deprimida.

Mesmo que o peso na composição do PIB tenha se reduzido nos últimos anos, de 20%, na década de 1980, para somente 11,8% em 2017, a baixa produção industrial pode interferir, ainda com certa expressão, no crescimento do PIB dos próximos anos. Para o Iedi, “as perdas contínuas de produção por três meses seguidos e a perda da capacidade da indústria de criar

empregos mostram um fato mais grave, pois um novo quadro de recessão voltou a se desenhar para o setor”.

Finanças e investimentos públicos

O orçamento do governo aparece como grande empecilho para as pretensões da próxima administração, uma vez que o déficit primário de R\$ 137 bilhões (1,95% em relação ao PIB), projetado para 2018, estará embutido no orçamento de 2019. O déficit deste ano (2018) deverá ser de cerca de R\$ 13 bilhões superior ao ocorrido em 2017. Segundo o Relatório de Mercado Focus, do Banco Central, o déficit nominal, que inclui as despesas com os juros da Dívida Pública, deve fechar o ano em 7,40% do PIB. Com oito anos consecutivos de déficits primários, a projeção é de que a dívida líquida da União, que hoje gira em torno de 50% do PIB, atinja 53% em 2021.

As dificuldades com o orçamento e o estreitamento das opções para contorná-las levam a outra questão igualmente preocupante: o investimento público. Este encontra-se deprimido desde 2014, chegando a níveis mínimos nos anos de recessão (2015 e 2016) e sem horizonte de recuperação. A perspectiva é de maior redução.

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019 indica que os gastos discricionários (não obrigatórios) foram reduzidos em R\$ 30,5 bilhões, restando agora R\$ 98,4 bilhões, o que representa 6,9% de todas as despesas projetadas. De acordo com informações de nota técnica do Congresso¹, após alguns descontos, restam apenas R\$ 30,3 bilhões para as “demais despesas discricionárias”, que incluem os investimentos, ou seja, 0,43% do PIB. Esse percentual, contudo, deve encolher ainda mais, porque não considera o adicional de R\$ 6 bilhões, já previstos pela equipe econômica, nas despesas com pessoal, que passarão de R\$ 20 para R\$ 26 bilhões, totalizando R\$ 328 bilhões. Esses números também não incluem o reajuste de 16,38% concedido ao Judiciário, cujo efeito em cascata deverá superar R\$ 4 bilhões adicionais à folha de salários do governo. Isso leva alguns especialistas em orçamento a afirmarem que o investimento público na próxima administração será praticamente nulo, bem próximo de zero. Na escolha de prioridades para uso dos recursos, o investimento será a variável de ajuste.

Produto Interno Bruto – PIB

O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 0,8% na passagem do 2º para o 3º trimestre de 2018, na série com ajuste sazonal. No acumulado do ano, o PIB cresceu 1,1%.

¹ NT Conjunta nº 1/2018 da Consultoria de Orçamento do Senado e da Câmara.

Na comparação com o mesmo período de 2017, o crescimento foi de 1,3%. Em valores correntes, o PIB no terceiro trimestre de 2018 alcançou R\$ 1,716 trilhão.

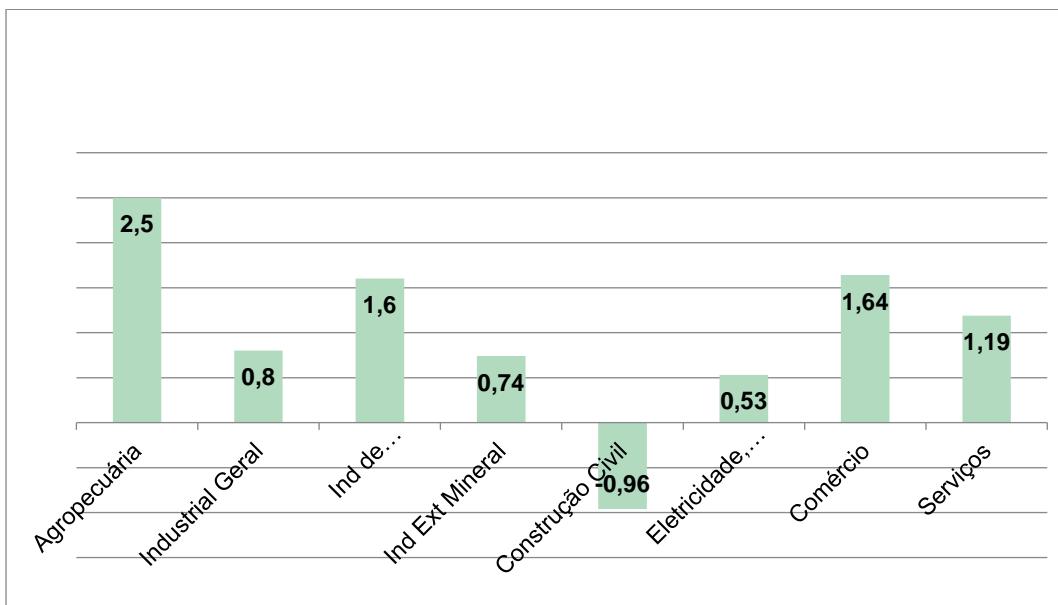
A taxa de investimento permanece muito baixa para que se tenha uma economia mais dinâmica e de forte crescimento. A taxa ficou em 16,9% ou cerca de R\$ 290 bilhões em valores correntes.

Nesse ritmo, o PIB deve crescer em torno de 1,4% em 2018, bem abaixo das estimativas do início do ano, de crescimento entre 2,5% e 3,0%, e mais ajustado às previsões realizadas a partir da greve dos caminhoneiros, ocorrida em maio.

Nas comparações trimestrais, o 3º trimestre de 2018 comparado com o 3º trimestre de 2017,² a Agropecuária registrou crescimento de 2,5%, a Indústria teve variação positiva de 0,8% e os Serviços aumentaram em 1,2%. Entre as atividades industriais, houve alta de 1,6% nas Indústrias de transformação. Enquanto as Indústrias extractivas minerais experimentavam crescimento de 0,74%, a Construção Civil registrava variação negativa (-0,96%). O segmento de Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos cresceu 0,53%. Nos Serviços, cujo crescimento agregado foi de 1,2%, todos os segmentos apresentaram resultados positivos: Transporte, armazenagem e correio (2,9 %); Comércio (1,64%); Atividades imobiliárias (3,2%); Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (1,09%); Informação e comunicação (1,06%); Outras atividades de serviços (0,57%); e Administração, defesa, saúde e educação públicas e segurança social (0,06%), conforme ilustrado no Gráfico 1.

² Fonte: [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística \(IBGE\), Sistema de Contas Nacionais Referência 2010 \(IBGE/SCN 2010 Trimestral\)](#). Consulta em www.ipeadata.gov.br (atualizado em 30.11.2018).

GRÁFICO 2
Comportamento dos setores de atividade
3º trim 2018 - 3º trim 2017 (%)



Fonte: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais

Emprego

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua – Pnadc (IBGE), a taxa de desocupação no trimestre terminado em novembro (setembro, outubro e novembro) foi de 11,6%, contra 12,0% registrados no mesmo período de 2017, ou seja, redução de 0,4 ponto percentual.

Essa baixa evolução do emprego confirma a compreensão de que a Reforma Trabalhista, implementada pelo governo e apoiada por vasto setor do empresariado nacional, em nada alterou o mercado de trabalho, no que diz respeito à geração de empregos. O contingente de desempregados é de 12,2 milhões de pessoas.

A taxa de subutilização da mão de obra também continua alta: 23,9% (setembro a novembro de 2018). No confronto com o mesmo período de 2017, quando ficou em 23,7%, praticamente não houve alteração. A população subutilizada ficou em 27,0 milhões, crescimento de 1,8% (mais de 486 mil pessoas) em relação ao mesmo trimestre do ano passado.

Outro aspecto que chama a atenção é o processo de informalização (trabalhadores sem carteira assinada) do emprego no setor privado. As estatísticas referentes ao trimestre terminado em novembro registram 11,7 milhões de trabalhadores sem carteira assinada, aumento de 4,7% na comparação com o mesmo período de 2017. A informalidade atinge nível recorde na série histórica da pesquisa, iniciada em 2012. Dessa informação pode-se constatar que o pequeno aumento no emprego ocorrido no período analisado deu-se no mercado informal (sem carteira assinada), uma vez que o emprego formal permaneceu estável.

Bate recorde na pesquisa também o número de trabalhadores por conta própria, que ficou em 23,8 milhões, entre setembro e novembro. O indicador é 3,3% maior que o registrado em igual período de 2017.

O rendimento médio do trabalhador era de R\$ 2.235,00 entre setembro e novembro de 2017, e passou para R\$ 2.238,00 em 2018, em período correspondente. Em termos práticos, permaneceu estagnado.

Conclusão

A economia se recupera a passos muito lentos. Essa recuperação, revelada principalmente pela retomada do crescimento do PIB (1,0% em 2017 e 1,4% em 2018) não é resultado de nenhuma política mais ativa ou propositiva do governo em exercício. As medidas adotadas foram mais prejudiciais do que ajudaram. A economia brasileira mostrou, pelo menos em bases mínimas, que é capaz de reagir e sair de uma recessão, apesar de pouco ter sido feito para colocá-la em atividade.

A administração, que dentro de poucos dias será substituída, repassa ao novo governo heranças que ele pretende preservar ou aprofundar. O teto de gastos (EC 95/2016) será mantido, a Reforma Trabalhista, aprofundada, e a reforma da Previdência Social, realizada, em bases possivelmente mais drásticas, intensificando um projeto neoliberal no país. Em anúncios já feitos, foi afirmado que a reforma previdenciária será implementada pelo menos em “fatias” e que serão propostas privatizações totais ou parciais de empresas públicas, incluindo Petrobras e Banco do Brasil. Aliás, dá para dizer que desestatização e desregulamentação serão as marcas do próximo governo. Em um país tão heterogêneo e desigual como o Brasil, o governo eleito parece crer ser possível promover o progresso, aumento de renda e bem-estar social com um estado mínimo, sem políticas públicas necessárias para mitigar as falhas de mercado, naturais, quando as questões são distribuição de renda, inclusão social e redução das desigualdades.

Fechado em 10/12/2018 (dados de emprego atualizados em 28/12/2018)

DIEESE

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Escritório Nacional
Rua Aurora, 957, Centro, São Paulo, SP
CEP 01209-001
Tel.: 11 3874-5366 – 11 3821-2199
www.dieese.org.br

Presidente: Bernardino Jesus de Brito

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Vice-presidente: Raquel Kacelnikas

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Secretário Nacional: Nelsi Rodrigues da Silva

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo: Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Antonio Francisco Da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo: Carlos Donizeti França de Oliveira

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Diretora Executiva: Cibele Granito Santana

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Diretor Executivo: Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretor Executivo: Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Diretor Executivo: Sales José da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretora Executiva: Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica

Diretor técnico: Clemente Ganz Lúcio

Coordenadora de pesquisas e tecnologia: Patrícia Pelatieri

Coordenador de educação e comunicação: Fausto Augusto Junior

Coordenador de relações sindicais: José Silvestre Prado de Oliveira

Coordenadora administrativa e financeira: Rosana de Freitas

Equipe Responsável

Adhemar Mineiro

Ailton Santos

Clóvis Scherer

Frederico Melo

Jose Álvaro Cardoso

Paulo Jäger

Thomaz Ferreira Jensen